

## Movimentos sociais urbanos

balanço crítico

Ruth Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**

Ruth Cardoso

Quando começaram os estudos sobre os movimentos sociais urbanos, eles foram uma rajada de ar fresco em nossa produção sociológica. O conhecimento sobre as classes populares não havia acompanhado as transformações por que passara nossa sociedade. Não que as ciências sociais latino-americanas estivessem esclerosadas. Pelo contrário, durante os anos 60, dois temas marcaram a sua presença no contexto intelectual internacional: a marginalidade e a dependência. Estes estudos enfatizaram as especificidades do desenvolvimento latino-americano e criaram um novo quadro teórico para analisar o processo da industrialização periférica.

A discussão do tema da marginalidade social, em suas várias vertentes, propunha a imagem de sociedades divididas, onde a ruptura entre os excluídos do moderno sistema capitalista e os nele integrados parecia indicar a presença de uma nova contradição estrutural, capaz de gerar um movimento transformador na periferia do mundo capitalista. A rebelião das massas marginais, que levaria de roldão as formas de dominação baseadas em um sistema produtivo excludente, passou a ser uma esperança alimentada (ainda que nem sempre explicitada) pelos cientistas sociais. Sob esta forma, as ciências sociais respondiam à descrença crescente nos modelos

explicativos vigentes nos anos 50 e que viam na forma clássica de luta entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado) o único e necessário caminho de transformação. Porém, o desencanto com o novo esquema também não tardou, pois as "massas marginais" não assumiam seu papel histórico; tal como o proletariado, deixaram de cumprir sua esperada função.

Em vez de um capitalismo excludente e de cidades mais inchadas por um terciário miserável, os anos 70 trouxeram à cena (pelo menos em alguns países) uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca. Nenhuma crescente exclusão era visível e não aumentava a distância entre os "marginalizados" e os "integrados". E isto ocorria, pelo menos em alguns países da América Latina, em condições especialmente difíceis. Durante este período, instalaram-se regimes militares que, rompendo abruptamente com os sistemas político-democráticos, proscreveram todas as organizações ligadas às classes populares. Apesar deste contexto tão negativo de reorganização do Estado e da sociedade, passado o período de maior repressão assistimos a uma revitalização das manifestações da vontade popular.

É quando passam a ocupar a atenção dos sociólogos os movimentos sociais urbanos e rurais e todas as organizações que mostram uma sociedade civil em movimento. Estimulados pela visibilidade da presença popular, os estudos começaram a se

multiplicar. Entretanto, faltavam referências teóricas úteis para explicar estas novas formas de participação política, e a inspiração veio com a produção mais recente nos países centrais, onde também se redescobria a problemática urbana.

Será difícil encontrarmos entre os autores que tratam de movimentos sociais ou organizações populares no Brasil alguém que não utilize como orientação teórica básica as obras de Castells, Borja, Lojkin, para só citar alguns dos inspiradores<sup>1</sup>. Estes autores começavam a abrir um debate inovador. Discutiam como a luta de classe se desdobrava, no mundo contemporâneo, em lutas urbanas e como, na fase atual do capitalismo, as manifestações libertárias (que a esquerda tinha tanta dificuldade em absorver) eram uma nova face do povo, que recusava a disciplina produtiva e reivindicava o direito a uma vida melhor.

É preciso não esquecer, entretanto, que estes autores que colocavam em evidência as chamadas "novas contradições urbanas" tinham como pano de fundo as manifestações que sacudiram as sociedades desenvolvidas durante a década de 60. Os negros, as mulheres, os estudantes em maio de 68 e as comunidades hippies ou os objetores de consciência eram setores que se auto definiam como marginais à sociedade industrial e propunham um novo modo de

---

<sup>1</sup> Jacobi em sua resenha bibliográfica sobre movimentos sociais urbanos no Brasil nos oferece um apanhado geral sobre estes estudos e indica também estes autores como as principais fontes teóricas utilizadas. (Bib., n.9, 1980, p.22).

vida.

É ainda o rumor dessas manifestações libertárias que parece estar ouvindo Castells quando abre seu livro *Luttes Urbaines* com a seguinte frase:

De repente, o rumor surdo e regular da circulação urbana foi quebrado por uma confusão de passos, vozes, gritos, barulhos de metal e vidro. O fluxo dos automóveis parou, grupos se formam, a massa em movimento cresce, pedaços de pano, de papel, de madeira falam deles. E de sua cidade. Em frente, os eternos capacetes, a ordem, o passo cadenciado, e logo a carga, a violência, a recusa. Algumas vezes o gás, outras o sangue ou ainda o disparar de uma arma de fogo. Sempre, sob estas diversas formas, o choque. Entre os que falam de si mesmos e aqueles que falam dos que dão as ordens. Entre os que querem mudar a vida e aqueles que querem restabelecer este rumor surdo da circulação regular ao ritmo cotidiano das coisas que passam sem passar (Castells, 1975, p.6).

Não cabe dúvida ainda o participante de 68 que está procurando entender e explicar esta nova sociedade cuja disciplina ordena tudo mas não pode conter a revolta da contracultura e dos anti-sistema. O desafio é analisar o potencial transformador desses novos fenômenos políticos porque neles:

Se misturam as novas contradições sociais e o escotismo, a recusa das novas formas de opressão e o passadismo, a luta revolucionária e a defesa da vizinhança. Em todos os casos quando, dia após dia, em todos os países vemos aumentar o número, a dimensão e a intensidade das mobilizações populares ligadas à qualidade de vida cotidiana, parece lógico concluir pela emergência de uma forma de conflito social, diretamente ligada à organização coletiva do modo de vida (Castells, 1975, p.7).

Este trecho propõe que seja repensado o lugar dos problemas

urbanos e que se procure neles a projeção dos conflitos de classes. Trata-se de uma nova postura teórica, bastante estimulante quando aplicada a uma realidade latino-americana. Mas para utilizá-la com proveito é preciso não esquecer que a noção de "contradições urbanas" resulta das características próprias da gestão estatal no capitalismo monopolista.

Quando Castells define sua problemática teórica e seus instrumentos conceituais de trabalho (Castells, 1974), ele nos fala de consumo coletivo, classes sociais e processos políticos no capitalismo avançado. Lojkine, para criticar Castells, dedica-se especialmente a analisar as características e o papel do Estado moderno e suas relações com as diferentes classes (Lojkine, 1977). Não é preciso ir mais longe para aceitar que o conceito de "contradições urbanas" foi elaborado a partir da constatação de que o Estado tem um corpo novo nos países avançados, e que suas peculiares relações com a sociedade geram processos políticos específicos. Neste sentido, Touraine foi o mais arrojado entre os que escreveram sobre movimentos sociais. Sua análise tem como base a constatação de que vivemos em uma sociedade pós-industrial (ou sociedade programada, como ele prefere chamar) onde o Estado tem novas formas de gestão e onde os movimentos sociais são os atores principais e o lugar do conflito (Touraine, 1978).

Na medida em que nos afastamos do centro em direção à periferia, vemos que a bibliografia passa a desconsiderar progressivamente a análise específica das funções do Estado,

permanecendo apenas com o seu caráter disciplinar e autoritário como um pano de fundo em que se projetam as análises concretas. No livro de Borja, sobre a Espanha, o Estado já é um personagem bastante mais indiferenciado e, quando se chega nos estudos sobre a América Latina, sua figura está presente na interpretação, mas desenhada apenas em seus contornos mais gerais.

Isto ocorre por várias razões. A primeira delas é que estas manifestações populares têm início em contextos políticos repressivos e por isso mesmo são recebidas como demonstrações da força latente das classes subalternas. É deste ângulo que serão analisados e, a partir daí, seu visível caráter antigoverno é muitas vezes confundido com uma crítica radical ao sistema político. E como as reivindicações colocam frente a frente setores populares e aparelhos do Estado, a maioria das interpretações, como indica Jacobi, identificam neste confronto um novo caminho político:

O cerne da questão está no confronto dos movimentos sociais urbanos com o Poder Público; na politização dos conflitos, permitindo a emergência de uma perspectiva que ultrapassa a dimensão econômico-corporativa atingindo a esfera política. Discute-se a representatividade do Poder Público que se afirma capaz mas não consegue responder ao Estado. O antagonismo ao Estado cria as condições para a unidade dos seus protagonistas, acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria (Jacobi, 1980, p.24).

Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade

civil e o Estado, parece incompleto. A simples existência empírica de manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um contexto que precisa ser descrito. Falta um mapeamento das diferenças entre os vários movimentos sociais; das condições de sua eficácia e dos contextos políticos nas quais emergem. O processo de mobilização popular aparece, nestas interpretações, como resposta espontânea ao autoritarismo e à incompetência dos governos. Neste quadro, a atenção dos cientistas se volta para este sentimento "oposicionista-democrático" das massas urbanas e deixa na sombra a atuação do Estado.

A segunda razão pela qual não se percebe a ação do Estado diz respeito ao modo de definir os movimentos sociais como objeto de estudo. O interesse por estes fenômenos surgiu, como já vimos, no contexto de sociedades latino-americanas que viviam um processo de desenvolvimento industrial acelerado e nas quais o sistema político, por razões diversas, não apresentava as características usuais das democracias parlamentares. Note-se que as manifestações que geraram maior número de estudos tiveram lugar em países como o Peru, México e Brasil, nos quais, apesar de os sistemas de governo serem muito diferentes, havia aspectos comuns quanto ao agigantamento do Estado e à centralização administrativa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Excluí desta lista o Chile — apesar de que os estudos pioneiros nesta direção foram feitos nesse país — porque acredito que as diferenças de

Estas semelhanças colaboram para mascarar as diferenças de sistema político tanto entre estes países quanto entre as nações periféricas e as centrais. Enquanto que os teóricos franceses, nossos inspiradores, falavam da mudança qualitativa das funções do Estado sob o capitalismo monopólico, nós, latino-americanos, para explicar fenômenos semelhantes, nos fixamos na crítica ao autoritarismo de nossos governos, deixando de lado as transformações substantivas do aparelho de Estado. Duas ordens de problemas aparecem, por isso, sobrepostas:

1) transformação do papel econômico do Estado e a conseqüente centralização de decisões;

2) governo autoritário e repressão das formas tradicionais de expressão e reivindicação populares.

É certo que nas nações em desenvolvimento houve um processo de centralização e hiperdesenvolvimento do Estado, que ocorreu concomitantemente à reforma administrativa e agilização dos serviços públicos. Os nossos movimentos reivindicativos surgem em resposta a estes dois processos. Seus intérpretes, entretanto, privilegiaram a rebeldia das massas contra o autoritarismo (que é real) mas deixaram de lado que as administrações mais modernas e os planejadores mais eficientes dialogam com os usuários e consumidores de serviços estatais. Ficou desconsiderada a

---

contexto político são suficientemente grandes para explicar diferenças de interpretação quanto ao papel do Estado. O jogo partidário, então vigente, dava uma dinâmica diversa aos movimentos sociais.

semelhança e concomitância das formas de protesto contra planos urbanísticos que ocorrem aqui e em outros países democráticos.

O personagem "Estado" entrou neste novo cenário com uma caracterização um pouco pobre, definido apenas como inimigo autoritário ou a mira contra o qual se movia a sociedade civil. Esta sim, foi descrita como diversificada, conflitiva, dinâmica e espontânea, enquanto a mudança nos métodos de trabalho de alguns setores governamentais ficou esquecida.

Há pouca discordância na interpretação dos movimentos e associações populares. Os pressupostos, nem sempre explícitos, que guiaram os interesses por estas novas formas de participação têm suas raízes no desamparo teórico com que enfrentamos as vitórias do autoritarismo nos países latino-americanos. No Brasil, os estudos sobre o populismo se tornaram importantes depois de 1964, quando teve início nossa mais recente experiência de governos autoritários e antipopulares. Foi o desejo de compreender os impasses e as derrotas da democracia tal como era praticada que trouxe à baila uma visão crítica do período intermediário entre o Estado Novo e o regime militar atual. Foi olhando para trás que o tema da eterna exclusão das classes populares tomou corpo e forneceu o ponto de partida para interpretar sua nova presença. A desilusão com os últimos governos mobilizadores e o inesperado sucesso do golpe de 1964 recolocaram em pauta os temas da democracia e da participação-cooptação dos trabalhadores.

O livro de Weffort *O Populismo na Política Brasileira*

(Weffort, 1978) coloca juntos ensaios escritos desde 1963 e discute a natureza ambígua dos vários populismos. Nestes sistemas, ao mesmo tempo em que as classes populares marcam sua presença e exigem concessões, encontram limites à sua participação plena que são dados por sua subordinação a setores da elite. Já no seu primeiro ensaio Weffort afirma que:

o populismo implica, em qualquer de suas formas, uma traição à massa popular. Ainda quando tenha bases operárias mais ou menos amplas como no caso de Vargas e de Quadros, o padrão típico da política permanece limitado aos horizontes da pequena burguesia (Weffort, 1978, p.34).

A crise da democracia populista aparece como uma crise estrutural, e sua superação só pode ocorrer através de mudanças profundas do sistema produtivo. As classes populares não terão lugar na política e serão manipuladas enquanto não puderem expressar seus interesses autonomamente. Se a classe operária e os demais trabalhadores foram o sustentáculo de populismos traidores, e se os sistemas eleitorais estavam baseados na manipulação, a participação ficou deslegitimada como forma de ação política.

Entretanto, a década de 70 trará surpresas.

Esta mesma massa que enchia os comícios populares parece ter-se guardado para reaparecer "espontaneamente" nas associações de bairro após 10 anos de autoritarismo.

E, quase todos os autores, preocupados com o presente, valorizam a autonomia e procuram mostrar que estamos diante de fenômenos novos que pouco devem à fase populista já morta. No

quadro destes estudos, o trabalho de Moisés (1978) faz exceção, porque seu interesse pioneiro pelas associações de bairro levou-o a uma pesquisa sobre movimentos autonomistas que ocorreram nos anos 50. Entretanto, trabalhando com o contexto da política populista, este autor retoma como premissas analíticas as conclusões de Weffort:

1) As instâncias políticas destinadas a representar os interesses populares (partidos, sindicatos etc.) não atuavam com autonomia e estavam subordinadas ao jogo dos grupos dominantes e das camadas médias;

2) O populismo, ao mesmo tempo que atendia algumas demandas populares, continha seus desejos de aumentar seu espaço de representação.

Para Moisés, essas premissas são importantes porque seu esforço vai no sentido de demonstrar continuidade que liga os movimentos urbanos no passado e no presente, atribuindo a eles força e sentido histórico.

Para estes dois autores, a pouca importância dada às agremiações de moradores e o desconhecimento das lutas locais se devem às mesmas razões que levaram os analistas de esquerda a não compreender a força das lideranças populistas. Algumas vezes estes líderes foram sensíveis às reivindicações populares, enquanto os partidos de esquerda não reconheceram a importância política destas manifestações localizadas. Privilegiando apenas o ângulo das relações de produção, não viram a unidade da consciência

reivindicativa que se manifestava ao mesmo tempo no comício e no protesto contra a precariedade das condições de moradia.

Escrevendo nos anos 70, para retomar o fio da meada, Moisés estava preocupado com a continuidade da presença popular naquilo que foi a história política à margem dos partidos, fruto espontâneo do bom senso do povo.<sup>3</sup> Apesar de manipuladas pelas elites, as camadas populares aparecem como capazes de definir objetivos e formas de luta condizentes com seus interesses. O tema do espontaneísmo de lutas surge como complementar e inverso ao da manipulação. O grande problema para a literatura desta época é conciliar a visão crítica do sistema representativo e a crença na força e independência do povo que deve transparecer em seu sentido político inato.

Weffort já mostrava que

o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão das suas insatisfações. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo, e por certo deve muito à ambigüidade pessoal destes políticos

---

3 Outros autores também buscam este significado histórico nos movimentos sociais. Essa é uma das preocupações de Etienne Henry que estudou os movimentos de "pobladores" no Peru, e que sobre eles afirma: "A análise dos movimentos sociais não se restringe à mera recomposição cronológica das mobilizações acontecidas durante um período determinado. Também não se reduz à visão positivista que emana do discurso ideológico de seus protagonistas, elaborado por elementos conscientes que guiam a ação das massas. Baseia-se na leitura da inscrição dos movimentos sociais em um processo que lhes dá significação histórica (...)" (Henry, 1978, p.137).

divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder (Weffort, 1978, pp.62-63).

Mas o próprio Weffort demonstra com clareza seu desagrado quanto ao caráter mistificador da ideologia populista, através da qual "o operário se expressa de maneira pequeno-burguesa" (Weffort, 1978, p.36).

E este será o traço exaltado pelos autores mais recentes, que longe da época populista, esquecem a ambigüidade e enfatizam a mistificação.

É bom lembrar que as ciências sociais, nesta última década, estiveram dominadas pelas problemáticas da ideologia. O estudo dos aparelhos ideológicos responsáveis pela hegemonia burguesa tiveram grande influência e recolocaram em novos termos o velho problema da alienação. Ao definir o campo ideológico como a instância privilegiada para a dominação, alguns cientistas sociais colocaram de um mesmo lado todos os canais institucionais de manifestação política (partidos, sindicatos etc.) e de outro os eventos independentes. Fez-se a crítica geral dos partidos (de direita e de esquerda) para recuperar as formas de expressão dos interesses políticos em sua "naturalidade", isto é, aquilo que explode nos interstícios do sistema e resiste à domesticação pelos aparelhos ideológicos.

Nesta linha, um dos problemas que a pesquisa deveria enfrentar é como qualificar sociologicamente essas variadas irrupções. Se elas não são vistas como expressando estritos interesses



de classe, manifestam quase sempre uma reação à dominação e unem os oprimidos. Por isso, passou a ter curso a noção de classes populares que, sendo mais abrangente que o conceito de proletariado, é bastante mais imprecisa.

A teoria da marginalidade já demonstrara que o setor operário era minoritário em nossas metrópoles e estava cercado por vários tipos de trabalhadores assalariados e autônomos. Todos compartilham as mesmas péssimas condições de vida urbana. Mas, enquanto os analistas da marginalidade esperavam uma explosão dos "excluídos", a classe popular que se manifesta nos anos 70 luta para que a sociedade política a reconheça. É como parte deste sistema que reclamam maior igualdade e mais participação. Isolados em seus bairros, os cidadãos enfrentam o Estado como grupos de pressão fragmentados e que competem pelos mesmos recursos. A unidade destes de mandantes (que não podem ser qualificados como uma classe) é dada pelo Estado, que é ao mesmo tempo inimigo e legitimador. E sua força é dada por uma "cultura" própria onde se preservou a rebeldia.

Poderíamos dizer que a expressão classes populares se refere, em geral, à presença de setores sociais que empobreceram com o modelo de desenvolvimento em curso e que estiveram excluídos das decisões políticas. O seu uso é quase metafórico, pois sintetiza a ideia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardam a capacidade de distinguir suas necessidades básicas e irromper de tempos em tempos, reclamando maior

igualdade. Foi privilegiando a dimensão política que se definiu este novo ator que não luta apenas por melhores salários, mas generaliza suas reivindicações buscando uma sociedade mais democrática.

O que é apresentado como traço inovador da participação popular é sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem, ao mesmo tempo, sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas decididas entre iguais. Por apresentarem estas qualidades, supostamente, os movimentos populares são apresentados como instrumentos políticos novos. E isto porque:

- 1) Questionam o Estado autoritário, obrigando a uma democratização;
- 2) Fazem reconhecer a presença dos oprimidos;
- 3) Como novos atores políticos, colocam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, porque têm a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças.

Entretanto, as pesquisas que procuram descrever a ação política popular nem sempre demonstram a existência dessas características. Apesar de que quase todas terminam por reafirmar sua crença em que a expansão dos movimentos sociais criará condições para uma transformação fundamental da sociedade, os estudos de caso não autorizam tanta esperança.

Os movimentos estudados não são convincentes quanto ao papel democratizador da participação popular que colocaria em xeque o autoritarismo do Estado. Mostram, pelo contrário, que as várias faces que o Estado apresenta neste diálogo aumentam sua

margem de manobra e são capazes de absorver efetivamente algumas das demandas populares. Dito de outra maneira: em certos níveis administrativos encontramos uma real influência das mobilizações que conseguem obter respostas dos organismos públicos, mas o efeito destes desafios sobre o aparelho estatal em seu conjunto é discutível.

Tomemos o caso da reurbanização de Brás de Pina, muito bem estudado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, pp.31-94) e onde aparece uma detalhada descrição das mudanças de política dos órgãos públicos. Este trabalho se destaca por apresentar uma excelente etnografia de três movimentos de resistência à política habitacional e, ainda, por uma postura crítica muito positiva. Seu ponto de partida é descobrir as relações entre todos os personagens envolvidos neste processo reivindicativo e como as funções de cada um vão mudando com o desenvolver do movimento. Estuda as diversas partes envolvidas sem atribuir uma essência democrática ao que vem do povo ou autoritária ao que vem do Estado. Na teia que se vai constituindo, os personagens assumem identidades diferentes e vão mudando seu significado, o que nos permite compreender os efeitos da atuação de uns sobre os outros.

O que o caso de Brás de Pina nos ensina é que o enfrentamento político direto, e quase escandaloso, entre favelados e governo do Estado que dá início à reivindicação de reurbanização da favela, muda de qualidade com a interferência de técnicos do Estado (COPEG), cujo objetivo é encaminhar a solução das reivindicações. O autor deste trabalho, que também foi personagem deste processo,

nos faz o seguinte relato:

Essa primeira visita (do Grupo de Trabalho do COPEG) foi cheia de surpresas para todos os lados. A associação ficara muito desconfiada. Aquilo por que declarava estar disposta a lutar com todas as forças de repente lhe caía do céu. Os técnicos do G.T. se maravilharam: os favelados já sabiam tudo sobre a novidade que eles lhes foram anunciar e até puderam exhibir, com muito efeito, etapas e estatísticas... Havia uma linguagem comum e quem comandava a conversa não eram os representantes do Estado. Logo se procurou saber quem era o instrutor e o conversor, e os favelados se referiram, com orgulho, a seus assessores urbanistas, isto é, a nós. Por isso tivemos a honra da visita intempestiva. A partir daí formou-se uma rede muito complicada. Havia um novo agente em jogo, o Estado, que, de opositor e inimigo que permitia a unidade de todos os outros atores, passava a se propor como aliado... (Santos, 1981, p.53).

Este deslocamento do papel dos órgãos governamentais não ocorre apenas neste caso. Em quase todos os processos reivindicativos podemos reconhecer um momento inicial de mobilização que identifica obstáculos e opositores que supõe um discurso radical. Entretanto, a continuação da campanha supõe contatos com esferas específicas do Poder Público que podem atuar de maneiras distintas e muitas vezes contraditórias. O conjunto dos órgãos públicos, apesar de submetido a orientações básicas comuns, desenvolvem políticas parciais com objetivos diversificados e oferecem à população usuária faces bastante diferentes. Além do mais, as políticas públicas mudam de rumo de tempos em tempos, atendendo a novos objetivos políticos ou a incentivos de fontes financiadoras internacionais.

Este é o caso da política habitacional no que diz respeito ao

atendimento de favelados. As várias formas de remoção de favelas, a reurbanização dos terrenos já ocupados, o auxílio para construção de casas mais sólidas etc., as vilas de habitação provisória, são formas de intervenção que foram se sucedendo no tempo e para as quais foram sendo criados órgãos específicos. Estes órgãos competiam dentre si tanto por recursos como por eficácia política. Em todas estas fases, as ações estatais estão justificadas por planos e metas que incluem, necessariamente, o atendimento ao usuário. Os movimentos sociais vão disputar o direito a este atendimento e procuram influir sobre sua qualidade.

As classes populares estão atuando com um duplo jogo que pretende, ao mesmo tempo, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, diminuindo suas carências. Se aceitarmos este duplo caráter dos movimentos reivindicativos, podemos compreender as oscilações que ocorrem em todos eles, entre momentos de maior e menor participação e também a coincidência entre pronunciamentos altamente críticos sobre o governo' e as negociações contínuas com os funcionários encarregados dos contatos com o público. O caso de Brás de Pina, já citado, é um exemplo raro pelas circunstâncias especiais em que se desenvolveu. A agência estatal encarregada do projeto de urbanização terminou por instalar-se no local da favela, competindo com os outros atores envolvidos no processo reivindicativo (Igreja, arquitetos que trabalhavam voluntariamente e a Associação dos Moradores) e negociando diretamente com os seus clientes, afastando

toda mediação.

Uma ação estatal radicalmente oposta teve lugar na cidade de São Paulo, quando os moradores da Vila São José enfrentaram a SABESP exigindo que o bairro fosse servido por água encanada (Jacobi, mimeo, s.d.). Órgão criado para executar uma política centralizada de saneamento básico para o Estado de São Paulo, a SABESP não tinha em 78-79, época desta reivindicação, uma política de contato com seus clientes. Portanto, as manifestações programadas pelos moradores da Vila São José, apoiadas por outros bairros vizinhos, pareceram aos funcionários desta empresa como inesperadas e impertinentes. A racionalidade do planejamento de redes de água e esgoto não incluía a consulta aos usuários e estava baseada em objetivos estabelecidos a longo prazo e sujeitas às limitações técnicas.

Em outubro de 1978, aproximadamente 800 moradores da Zona Sul, região de Shangri-lá, que representavam 32 bairros, apresentaram-se diante da sede da SABESP para exigir que o problema da falta de água encanada fosse resolvido imediatamente.

Três diretores da SABESP, convocados às pressas, atenderam os moradores e, diante de seus slogans insistentes como 'Socorro SABESP — estamos com sede'; 'A SABESP minha gente, água pros ricos faz jorrar. Mas o povo não é bobo e isto nós vamos provar', pediram um prazo de 10 dias para solucionar o problema (Jacobi, s.d., p.41).

O desenvolvimento desta campanha aproximou público e funcionários e tornou pessoal o enfrentamento. Os diretores que tiveram de às pressas, abandonar suas rotinas de trabalho foram

substituídos por um senhor Vlademir, que se tornou o porta-voz da empresa. Este senhor foi criticado em versinhos e discursos, faltou a várias assembléias para as quais foi convocado, mas dialogou tom o movimento. A SABESP foi obrigada a sair de seu isolamento técnico e procurar soluções. No dia 17 de maio de 1979, a presença em sua sede de novecentos moradores desta região — que irritados afirmavam que "o prazo alegado pela SABESP não é técnico, é político" — produziu como reação "um comunicado que dizia:

1. Haver um projeto técnico para o setor, em fase de elaboração, e com início previsto para o último trimestre de 1979. Implementação simultânea de água e esgoto:

2. Como medida de emergência, as áreas de Shangri-lá serão abastecidas a partir de derivações da linha de Bororé, sem prejuízo deste" (Jacobi, s.d., p.46).

Não parou aí o movimento. A última manifestação descrita nesse trabalho foi uma assembléia na igreja de São José em novembro do mesmo ano, onde compareceu o Sr. Vlademir. Assistiu a uma peça de teatro em que os moradores o criticavam diretamente e prometeu o início das obras para aquele mesmo mês.

Alguns aspectos desta história são importantes. Em primeiro lugar, os funcionários saem de suas salas com ar condicionado e acabam tendo de ir às sacristias de igrejas distantes suportar críticas diretas. Em segundo lugar, a SABESP responde a demanda que não estava nos planos com pelo menos um estudo, que viabilizava uma solução ainda que precária (derivação da linha de Bororé). Quanto à

população da região de Shangri-lá, organizou-se, debateu, mobilizou muitos bairros, exercitando um direito que já tinha usado anteriormente para defender-se no caso dos loteamentos clandestinos. As reações da empresa pública mostram que a população pode impor algumas mudanças de atitude, mesmo aos planejadores mais distantes dos interesses populares, mas que é impotente quanto a modificações na política geral da empresa. Podem conseguir água para os bairros que não contam com esse serviço mas não podem obter esgotos, por exemplo, senão nas zonas já incluídas nos projetos aprovados. Desde que o governo paulista optou pela lenta e dispendiosa solução SANEGRAN, a periferia sabe que a falta de saneamento básico não será resolvida a curto prazo. Apesar de não atender aos interesses populares, mudanças substantivas nestes planos não estão ao alcance dos setores populares. As decisões e as prioridades foram definidas fora da sua arena de luta.

Os favelados de Brás de Pina, neste aspecto, tiveram uma experiência mais favorável porque conviveram com um órgão estatal que, por circunstâncias locais e pela sua área de atuação (habitação para populações de baixa renda) desenvolvia uma política que reconhecia a demanda de seus clientes como fundamental para o atendimento.

Mesmo em casos não tão bem-sucedidos, é preciso considerar a necessidade que tem o Estado, por mais autoritário que seja, de

responder a esses movimentos.<sup>4</sup> É claro que responde de maneiras variadas segundo a época, a conveniência política e o tipo de reivindicação. Em alguns momentos pode mesmo cortar o diálogo usando a repressão direta. Mas justamente porque estamos diante de um governo tão pouco democrático é que devemos nos perguntar: por que nossos movimentos populares são semelhantes e contemporâneos àqueles que ocorrem onde há democracia representativa? Por que eles se concentram em certos momentos em determinadas demandas?

Não há dúvida de que neste país sempre houve miséria urbana e que reivindicações por água, esgoto, escola e transporte não são novidades recentes. Parece muito simplificador tomar as carências das periferias urbanas como fator capaz de produzir espontaneamente a mobilização para a ação. Como já vimos, algumas vezes se supõe que a supressão dos canais institucionais de expressão de interesses facilitou a ação direta e autêntica das bases populares. Sem tutela, o povo começou a criar mecanismos de comunicação com as agências estatais, desafiando-as.

Mas é preciso olhar também para as transformações ocorridas com a burocracia pública, pois as demandas populares se concentram em certas áreas (especialmente as que são consideradas politicamente prioritárias) e em certas regiões. Isto talvez indique que a formulação

---

4 Convém notar que um dos únicos trabalhos que toma de frente a reação do Estado aos movimentos sociais é o de Renato Boschi e Licia Valadares. Tendo como base uma ampla documentação empírica, estes autores discutem a função das mobilizações populares na abertura de um espaço de diálogo com o Estado.

destas políticas e a criação dos mecanismos para implementá-las têm um efeito indutor de reivindicações. Convém lembrar que as metas sociais prioritárias são bastante semelhantes quando comparamos diversos países em desenvolvimento onde existem ou existiram movimentos sociais.

É óbvio que estas observações não pretendem diminuir o valor da iniciativa do povo, uma vez que não acredito que possa ser continuamente manipulado e vejo estes enfrentamentos reivindicativos como produtores de um espaço próprio de debate com os governos.

As classes populares sempre reivindicaram habitações decentes e serviços urbanos, mas o mecanismo de pressão era diferente. A existência de planos públicos com fins sociais faz com que os Estados contemporâneos, por mais antipopulares que possam ser (e freqüentemente são) implementem políticas sociais globais que criam expectativas de demanda.

No caso de Brás de Pina, isto apareceu claramente, e no caso do movimento paulista surgiu uma pequena flexibilidade dentro de uma empresa que antes era absolutamente rígida. Foi certamente a mobilização que abriu estas brechas, mas ainda não vemos claro como funciona este mecanismo. Concordo com Bosehi e Valladares quando afirmam que:

não é freqüente por parte dos setores do aparelho de Estado no Brasil, por contraste a outros países, mesmo aqueles setores responsáveis pela implementação de políticas voltadas às populações de baixa renda, o reconhecimento de movimentos reivindicativos como os interlocutores legítimos das

populações.

Como se poderia esperar, a lógica envolvida no processo de obtenção do monopólio da representação — tanto no âmbito interno das populações, quanto frente ao Estado — é bastante mais complexo do que à primeira vista pode parecer. Não apenas está ausente na lógica de atuação do Estado brasileiro, historicamente o padrão de reconhecimento de bases autônomas de representação, como também, por vezes o Estado rompe o monopólio da representação com o estímulo às organizações paralelas, como ilustra o caso das Associações de Favelados no Rio de Janeiro (Bosehi e Valladares, 1981, p.10).

Acredito, entretanto, que, apesar do funcionamento tradicionalmente autoritário do Estado brasileiro, a implementação das políticas sociais, atualmente, obriga a algum tipo de inter-relação com a população. Apesar de que os nossos planejadores contam com instrumentos muito eficientes para impor suas razões técnicas, não podem deixar de lado as condições de demanda por seus serviços. Não podem, quer porque pagariam um alto custo político, quer porque a própria ideologia da intervenção estatal na área social pressupõe o diálogo. E convém não minimizar este último fator porque é ele que abre espaço para organismos e funcionários pouco ortodoxos (como os de Brás de Pina), ao mesmo tempo que garante para os movimentos populares o apoio de agentes externos (Igreja, profissionais etc.) que legitimamente reclamam por uma distribuição mais democrática dos serviços coletivos.

E aqui chegamos a um ponto importante. Para qualificar os agrupamentos populares como autênticos, tem-se dado tanta ênfase à sua representatividade de classe que praticamente se deixa de lado a

existência de interferências externas ao grupo. Os exemplos já relatados e quase todos os outros conhecidos mostram o papel essencial da Igreja, de profissionais liberais, além de várias instituições que podem circunstancialmente auxiliar a mobilização e divulgação das manifestações.

Reconhecer a presença destes personagens considerados "estranhos" à comunidade nos obriga a responder a duas ordens de questões:

1) Por serem externos a ela, estes assessores são necessariamente manipuladores de opinião?

2) O que é esta comunidade?

À primeira questão podemos imediatamente responder pela negativa. Todos os relatos disponíveis mostram o papel fundamental destes "organizadores"<sup>5</sup>, sem cujo apoio não teríamos a divulgação e expansão de movimentos que temos atualmente. Para não alongar demasiado este tópico, basta lembrar que sem o apoio das paróquias a grande maioria das manifestações não teria sequer local para reunião, e menos ainda possibilidade de intercomunicação. A Igreja fornece uma rede de contatos, um espaço democrático de discussões e um

---

<sup>5</sup> Uso a expressão "organizadores" no sentido que os participantes dos movimentos de base americanos a utilizam. Trata-se de indivíduos que ocupam uma posição chave no grupo e que têm um saber técnico importante para a mobilização de recursos financeiros e humanos. Nos EUA, muitos grupos contam com "organizadores" assalariados, ainda que esta não seja a regra geral. Veja-se a este respeito os trabalhos de Perbnan (1976) e Singer (1980).

mínimo de proteção, que a torna um elemento imprescindível nesta nova realidade. Também a imprensa tem, sem sombra de dúvida, uma função crucial, porque a eficácia dos protestos populares depende muito da divulgação.<sup>6</sup>

Além da Igreja, grupos de profissionais oferecem assessorias técnicas valiosas. O movimento de loteamentos clandestinos, por exemplo, não existiria sem o apoio voluntário de alguns advogados. Arquitetos, professores e médicos também colaboram com grupos populares, desejosos de dar sentido político ao seu saber profissional. Este é um fato novo, que resulta, por um lado, da consciência do poder controlador do saber, e por outro, do desejo de alargar a presença popular na política. A generalizada descrença nos partidos e a valorização da prática política direta criaram entre os técnicos o desejo de oferecer seus conhecimentos para alargar o espaço de autonomia dos movimentos sociais. E os exemplos que conhecemos confirmam estas boas intenções. Entre o assistencialismo e a militância, os profissionais encontraram seu campo de ação.

Constatada a importância dos "organizadores", resta a outra questão que colocamos: por que eles são classificados como "de fora" da comunidade se lutam pelos mesmos objetivos? Estes atores se distinguem das bases das associações tanto por sua origem de classe, quanto por suas qualificações intelectuais. Mas estas marcas não

---

6 Veja-se, a propósito, as considerações de Santos (1981, p. 35) sobre o início do movimento de Brás de Pina e também as descrições de Castells para Madri (Castells, 1980).

obrigam a mantê-los como estranhos. Alguns podem mesmo optar por viver na periferia, compartilhando os mesmos problemas dos moradores. e esta, quase sempre, a situação dos padres.

Entretanto, os limites do grupo são demarcados por outros critérios. O que define a comunidade é uma experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas.

Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão. O movimento das, mulheres, dos negros, dos hippies ou dos homossexuais tem sua base na cooperação entre aqueles que real ou imaginariamente compartilham os mesmos problemas. E é por isso que todos eles só reconhecem como membros plenos aqueles que podem exibir esta condição comum; nos grupos feministas, por exemplo, só as mulheres são aceitas. Alguns poucos homens podem ser aliados, porque demonstram uma adesão intelectual que, entretanto, nunca pode substituir a vivência da condição feminina. Nestas condições, a definição de posições políticas resulta de discussões que passam pelas emoções e pela subjetividade, espaço este visto como privilegiado para a formação de um espírito coletivo.

Esta característica dos movimentos libertários reaparece nos bairros através da vivência da pobreza. São sobretudo grupos de pessoas que se sentem excluídas dos benefícios, injustiçadas. Pouco importa se existem diferenças de nível econômico entre os participantes. O que os une é um sentimento e não a exigüidade de

recursos. A comunidade é percebida como uma experiência de igualdade. Retoma-se a oposição clássica entre comunidade/sociedade para confrontar a unidade de interesses dos grupos de base com a sociedade que, por definição, é dividida em classes e cortada por privilégios e conflitos. Entre iguais se supõe poder garantir o consenso e a liberdade<sup>7</sup>.

Não vou, neste momento, discutir o modo de funcionamento destas auto-denominadas comunidades<sup>8</sup>. Quero apenas definir seus limites para poder compreender seu modo de atuação. Sem dúvida, esta ideologia comunitária garante autonomia para os grupos mobilizados mas muitas vezes leva também ao seu isolamento. Constituídos para lutar contra as discriminações que sofrem, freqüentemente as mulheres, negros, homossexuais ou pobres mantêm paralelas suas campanhas, que acabam perdendo a eficácia.

No caso das reivindicações populares estas limitações são visíveis. Todos os grupos se identificam ao nível ideológico (todos vivem a mesma pobreza) mas competem entre si enquanto demandantes frente ao Estado. Este fato põe a nu uma ambigüidade constitutiva destas ações políticas, nem sempre reconhecida.

---

7Boschi e Valladares (1981) foram pioneiros ao levantar a questão do significado da noção de comunidade. Entretanto, limitaram a discussão ao aspecto teórico da definição, sem analisar o modo como o conceito é utilizado. Procuramos indicar aqui apenas algumas dimensões desta noção, mas seria importante retomar a sugestão destes autores e estudar a utilização da expressão pelos agentes de políticas públicas.

8 Veja-se, nesta linha de argumentação, Cardoso (1982) e Caldeira (1982).

Quando os sociólogos afirmam que o Estado, por ser o inimigo comum, é o unificador dos movimentos sociais, estão expressando uma parte da realidade. Tomando por este ângulo, a vivência da condição de injustiçado permite a criação de uma identidade abstrata que só se concretiza diante do promotor da injustiça — o governo. Mas, todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação. Cada grupo se dirige a uma esfera da administração e pode se defrontar com políticas tão diversas que chegam a ser contraditórias. Em certos momentos encontram receptividade e em outros deparam com uma grande inflexibilidade.<sup>9</sup> Além disto, os modos de reivindicar são diferentes para cada grupo e também mudam durante o seu desenvolvimento. Compreender que esta ambigüidade faz parte do movimento social nos arma para escapar das interpretações classificatórias que procuram encontrar ou um conteúdo transformador, quando o discurso é radical, ou uma acomodação quando o governo atende aos pedidos. Nesta oposição, sempre está presente o fantasma da manipulação e do populismo de

---

9 No momento, no Estado de São Paulo, quase todos os grupos que pediram postos de saúde foram atendidos. Isto se deve, em primeiro lugar, ao momento pré-eleitoral mas, provavelmente, também a uma específica flexibilidade na alocação de verbas para estes fins. Os serviços de saúde atendem ao interesse popular, mas, provavelmente, também respondem à expectativa de setores empresariais ligados ao governo municipal e que vêem com bons olhos a difusão destes equipamentos. Para o município de São Paulo, expandiu-se a rede de iluminação pública para quase todos os bairros. Uma das razões que explicam esta expansão é que já não é necessário que a rua tenha guias para ser iluminada.



Estado que são a contrapartida da procurada autenticidade da participação popular. Parece útil admitir que o povo também manipula quando pode e, atualmente, pelo menos negocia com certo desembaraço com as agências públicas.

Como vimos, os discursos mudam de tom com o desenvolver dos acontecimentos e, por outro lado, quando as demandas são atendidas, fica sempre um saldo positivo para as organizações. Em geral, as primeiras vitórias alimentam mobilizações posteriores e reafirmam a consciência da cidadania que legitima o enfrentamento com as autoridades.

E nem sempre estas vitórias são apenas locais. Apesar da situação de competidores em que o Estado os coloca, muitos bairros já se uniram em uma mesma campanha. O movimento pró-creches foi um exemplo recente. Esta ação coletiva é possível porque as "comunidades populares" se sentem como partes de um mesmo conjunto. Se o Estado opera aglutinando e segregando as classes populares, as organizações de base, apesar de seu isolamento, também conseguem, em certos momentos, conjugar ações. Nestes momentos de união, manifesta-se nitidamente o lado expressivo das campanhas políticas, cujo objetivo é expor, usando o máximo de recursos simbólicos, a exclusão das camadas populares criando, pelo menos, a ilusão de sua unidade. Seu outro lado é reivindicativo e prático, e se define pela negociação. Nela, às vezes ganham e às vezes perdem, mas, até agora, não tiveram força para provocar uma inflexão nos objetivos das políticas governamentais. Mas nem

sempre esse é seu objetivo. Algumas vezes, parece que os movimentos sociais saem à rua para perder. Conta menos a vitória que a união em si, que o sentimento de pertencer. Talvez essa seja uma das razões por que são tão numerosas as lideranças femininas nestes grupos, apesar de que elas continuam ausentes da política partidária ou sindical. Mobilizar homens para ações cujo resultado é imprevisível e incontrolável é bastante mais difícil. As mulheres podem correr o risco da derrota com mais tranquilidade, especialmente porque sempre reivindicam enquanto mães e esposas. Mas é claro que este exercício produz seus frutos porque legitima a extensão do espaço feminino da casa para a rua. E isto não se faz sem conseqüências.

Entretanto, algumas vezes surgem movimentos que procuram influir em decisões políticas de alcance global. O "Movimento do custo de vida" é o mais caro exemplo deste tipo de campanha. Não tinha uma reivindicação específica para ser atendida por alguma precisa agência do governo; apresentava o problema das classes trabalhadoras — a relação salário custo de vida — e exigia uma ação positiva do governo em seu conjunto.<sup>10</sup> A manifestação se fez através de listas de assinaturas, método reconhecidamente ineficaz. Os

---

10 Eunice R. Durham, no relatório elaborado para o UNRISD, discute o modelo de representação da sociedade e do governo que é utilizado pelas classes populares. Neste modelo, o governo é concebido como distante e externo. Como o "custo de vida" é um problema afeto a esta esfera e não do poder local, compreende-se por que o "Movimento contra a Carestia" orientou de maneira imprecisa sua reivindicação.

setores populares procuram sempre meios diretos (passeatas, concentrações, assembléias) como forma de pressão mas, para a longa campanha do custo de vida, além de alguns atos públicos, o que garantiu sua continuidade foi a coleta nacional de assinaturas.

1) Dirigem-se contra o Estado autoritário, obrigando-o a uma democratização.

Com os dados apresentados na literatura sociológica é difícil sustentar esta hipótese. Atualmente, o Estado reconhece as associações populares como interlocutores e se torna mais flexível diante de suas demandas. Porém, as finalidades sociais e o controle de sua aplicação escapam totalmente ao âmbito de ação dos movimentos sociais.

2) Obrigam a reconhecer a presença dos oprimidos.

Certamente as manifestações populares ganharam espaço na sociedade. Elas dependem deste espaço para sua multiplicação e eficácia. Os "organizadores" têm um importante papel como formadores de opinião e legitimadores das demandas. Mas a contribuição mais importante dos movimentos populares foi ter dado demonstração da presença ativa das camadas excluídas. No Brasil, o povo sempre foi apresentado como passivo, desunido e incapaz de ação autônoma. É claro que esta descrição foi produzida por nossa tradição elitista, mas ela é tão forte que se faz notar até mesmo no pensamento de esquerda. Em alguns casos, ela se esconde atrás da busca de critérios de autenticidade que definem algumas manifestações como espúrias e outras como verdadeiras a partir da

definição formal das questões prioritárias. A crença na passividade das massas começa a ser contestada na prática e, como conseqüência, o Estado precisa encontrar mecanismos para reconhecer quais são os representantes do povo com quem dialogar. Parece mais fácil para nosso governo legitimar as lideranças de bairro como seus interlocutores que os partidos políticos com suporte popular. E é mais fácil porque neste diálogo ele apresenta suas variadas faces e negocia a partir de uma posição de força. Os partidos políticos, entretanto, põem em causa o modo de funcionamento do Estado como um todo.

E chegamos à última questão:

3) Os movimentos sociais, como novos atores políticos, poderão ter uma ação renovadora sobre os partidos e sindicatos. O que manteve este movimento? Certamente sua capacidade de expressar uma identidade popular baseada no sentimento de injustiça que unia todos os participantes. Não se buscava uma resposta concreta: movimento era um fim em si mesmo ao expressar o desejo de que o governo federal controle os preços permitindo uma vida melhor.

Embora movimentos como estes, quase puramente expressivos, sejam raros, esta dimensão existe em todas as manifestações populares. Não são apenas as reivindicações que unem os participantes de um movimento e por isso mesmo sua ação negociadora nem sempre é a mais direta ou a mais eficaz. A união é uma virtude em si mesma e para mantê-la, tanto se usa a discussão muitas vezes infundável, quanto os cânticos ou outras formas lúdicas

que hoje fazem parte de qualquer reunião.

Enfim, o lado expressivo e o lado reivindicativo estão sempre e necessariamente juntos no desenrolar desses processos. Esta específica conjugação é uma característica dos movimentos contemporâneos.

A consciência de uma condição comum na pobreza e a crença em direitos garantidos pela justiça social dificultam bastante qualquer tentativa de cooptação das classes populares pelo Estado. A solução das carências apresentadas pode, em certa medida, alimentar as organizações populares, especialmente nas condições de desamparo de nossas periferias urbanas. Ademais, gozando melhores condições de vida, estes grupos podem dedicar-se a outras atividades que também expressem sua identidade básica, tais como festas tradicionais, clubes esportivos locais, danças ou associações que sirvam de marca para o bairro.<sup>11</sup>

---

11 Veja-se o relato de Santos (1981, pp.151 e segs.) sobre o bairro do Catumbi. Castells também descreveu o interesse dos habitantes de novos bairros de Madri por reconstruir e reinventar uma história local que pudesse servir de base para cerimônias e festas que unissem a todos em torno de tradições que por serem desconhecidas não eram menos importantes. Convém lembrar que este mesmo processo está ocorrendo em São Paulo, onde festas que já não interessavam a ninguém estão sendo revitalizadas com grande êxito. A festa de San Genaro na Mooca ou de N. S. Acheropita no Bexiga só eram lembradas pelos muito velhos e hoje conseguem reunir multidões vindas de longe para participar destes rituais identificadores de certas áreas da cidade.

## Conclusão

Retomando a discussão sobre as novidades que os movimentos de bairros trazem para a política, é preciso reavaliar os três pontos que apresentamos anteriormente:

O que esta afirmação supõe é que, por serem organizações de base e por isso representarem os reais interesses das classes populares, os movimentos poderão exercer uma influência positiva sobre os partidos que, por serem uma instituição hierarquizada, mantêm os centros decisórios longe das bases.

O que procurei mostrar é que a autonomia ideológica dos movimentos não garante a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes. Sua ação reivindicativa, ainda que autêntica, é positiva porém fragmentada e limitada pelo próprio aparelho do Estado.

Quanto à ação conjunta de associações populares, partidos e sindicatos, ela pode se dar sempre que a dimensão acentuada por todos seja a expressão do sentimento comum de opressão. E a manifestação simbólica desta união dos excluídos é politicamente muito importante e tem ocorrido em situações especiais. As greves de São Bernardo e outras manifestações de massa têm dado ocasião a esta ação comum. Entretanto, parece difícil prever ações políticas conjugadas, uma vez que a condição necessária para a organização de movimentos sociais é a experiência compartilhada e o consenso. Apesar da influência que esta ideologia de valorização das bases, de negação das hierarquias e dos mecanismos representativos parece ter,

os sindicatos e os partidos são por definição hierarquizados e atuam através de representantes. Por outro lado, os moradores se unem pelo que tem em comum, mas se separam quanto a filiação partidária ou quanto a opinião sobre as lutas sindicais. Esta questão é bastante complicada e merece ser tratada com mais detalhe que, naquelas situações em que ocorreu a convivência de um movimento popular forte e partidos também populares e mobilizadores, o estreitamento do contrato não deixou saldo positivo. Castells apresenta algumas descrições do que ocorreu com Madri (Castells, 1980, cap.VI) e Meunier faz com que sua tese um impressionante relato da presença dos partidos no “Campamento Nueva la Habana” em Santiago do Chile (Meunier, 1976). Parece ser difícil encontrar complementariedades entre atividades tão diversas.

Em lugar de os movimentos fecundarem os partidos, como foi a esperança de muitos, a atuação militante frequentemente enfraqueceu os movimentos.

Esta difícil questão ainda está desafiando os participantes dos movimentos negros, feministas ou ecologistas. Sempre que, consciente dos limites de sua ação, procuram nos partidos instrumentos para transformar o Estado, estes movimentos perdem força e muitas dissidências se manifestam. É que tomar partido implica romper o consenso criado pela vivência comum. Por outro lado, os partidos têm dificuldade para incorporar as reivindicações parceladas e às vezes contraditórias que lhes são apresentadas. Talvez o caminho mais fácil seja procurar somar apenas no momento de

lutar por um sistema de governo mais democrático, onde o espaço aberto para as reivindicações seja maior e os instrumentos de decisão estejam sob maior controle da sociedade civil. Este campo é área de luta comum para todos.

O papel transformador dos movimentos libertários dos anos 60 se fez sentir no âmbito da sociedade, no espaço da vida cotidiana. A luta contra o racismo, o machismo e as várias formas de intolerância conseguiu mudar o modo de vida e trouxe como consequência a intervenção para garantir estas vitórias.

Os movimentos de bairro, quando vistos por sua face reivindicativa, não parecem capazes de grandes transformações, mas quando os vemos como expressão de uma nova identidade, é possível pensar que venham a ser uma nova peça no jogo político. Para compreender essa dinâmica é imprescindível aprofundar a análise das relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil.

### **Bibliografia**

- BORCHI, R. R. & Valladares, L. P., "Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado", apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1981, mimeo.
- BORIA, Jordi, "Movimientos Sociales Urbanos" Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1971.
- CALDEIRA, T. P. R., "Imagens do poder e da sociedade", Dissertação de Mestrado, F. F. L. C. H. — USP, São Paulo, 1982.

- CARDOSO, Ruth, "Duas faces de uma experiência", in *Novos Estudos* CEBRAP,
- LOJKINE, J., *Le marxisme l'état et la question urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- MEUNIER, Christine, *Revendication urbaine, Stratégie politique et transformations idéologiques: le Campamento Nueva la Babana*, Tese de doutorado, Paris, 1976.
- MOISÉS, J. A., *Classes populares e protesto urbano*, São Paulo, Tese apresentada à Universidade de São Paulo, 1974.